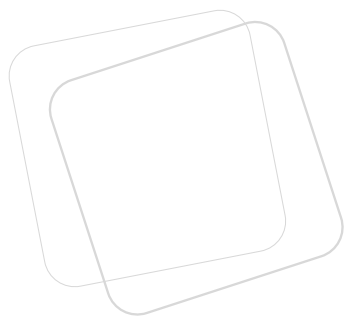




SUMÁRIO

CAPÍTULO I	17
1. O Drama da Prisão Cautelar	17
2. Finalidades e Legitimação da Prisão Cautelar no Curso da História	20
3. A Lógica do Sofrimento	23
4. A Necessária Ponderação sobre os Malefícios da Prisão	27
CAPÍTULO II	31
1. A Seletividade do Sistema Punitivo e, em Especial, da Prisão Cautelar	31
CAPÍTULO III	41
1. Breve Escorço Histórico da Prisão Cautelar no Brasil	41
2. O Sistema Cautelar Anterior ao Código de 1941	43
3. O Processo Penal da Era Vargas	45
4. A Progressiva Flexibilização do Código de 1941	46
5. O Tratamento Jurídico Atual	48
6. As Revogadas Prisões Decorrentes da Decisão de Pronúncia e da Sentença Condenatória Recorrível	54
CAPÍTULO IV	65
1. Dos Princípios que Interferem no Tema	65

1.1. Favor Rei.....	65
1.2. Dignidade da Pessoa Humana.....	67
1.3. Presunção de Não Culpabilidade	75
1.4. Proteção Penal Eficiente.....	91
1.5. Excepcionalidade.....	101
1.6. Legalidade e Jurisdicionalidade	106
1.7. Provisoriedade	110
1.8. Motivação	113
1.9. Proporcionalidade.....	126
1.9.1. Adequação ou Idoneidade.....	129
1.9.2. Necessidade ou Subsidiariedade	130
1.9.3. Proporcionalidade em Sentido Estrito	132
1.10. Duração Razoável da Prisão.....	142
1.10.1. Excesso de prazo no inquérito policial.....	156
1.11. Iniciativa de Parte	161
2. Bilateralidade de Audiência (Contraditório).....	179
CAPÍTULO V.....	185
1. As Medidas Alternativas como Aplicação da Subsidiariedade Processual Penal.....	185
2. A Abandonada Bipolaridade Cautelar do Sistema Brasileiro	188
3. A Mudança do Sistema Cautelar em 2011.....	189
4. A Mudança de Paradigma	197
CAPÍTULO VI.....	207
1. Das Medidas Cautelares	207
1.1. Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades	209
1.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações.....	210

1.3. Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante.....	211
1.4. Proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução	217
1.5. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos	220
1.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais	223
1.7. Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (artigo 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração.....	225
1.8. Fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento aos atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial	227
1.8.1. Críticas à Nova Configuração da Fiança	229
1.9. Monitoração eletrônica	233
2. fundamentação das Cautelares Alternativas.....	236
3. Finalidades das Cautelares Alternativas.....	237
4. Prazo de Duração das Cautelares.....	242
CAPÍTULO VII.....	247
1. Outras Medidas Cautelares Alternativas à Prisão	247
2. Uso de Medidas Alternativas não Previstas na Legislação (Poder Geral de Cautela).....	249
CAPÍTULO VIII	257
1. Da Prisão Preventiva e da Prisão Temporária.....	257
2. Requisitos comuns às prisões cautelares	257

3. Da Prisão Temporária	261
3.1. Cabimento.....	262
3.1.1. ADI 3360	264
3.2. Prazo	265
3.3. Outras Questões da Lei da Prisão Temporária.....	269
4. Da Prisão Preventiva.....	271
4.1. Cabimento.....	271
4.2. Motivos, requisitos, fundamentos ou circunstâncias autorizadoras	277
4.2.1. A validade da Prisão Preventiva para Garantia da Ordem Pública	280
CAPÍTULO IX	297
1. Oscilações do STF quanto à execução da pena antes do trânsito em julgado da condenação	297
1.1. O Entendimento Original do STF.....	297
1.2. Novo <i>Overruling</i>	302
2. Breve resumo dos votos	305
3. Análise do HC 126.292/SP.....	312
4. A incerteza sobre o tema.....	315
5. A Reviravolta do STF.....	318
CAPÍTULO X.....	321
1. Audiências de Custódia	321
2. A Resolução Nº 213 de 15/12/2015, Conselho Nacional de Justiça.....	324
3. Prazo de Apresentação do Preso.....	325
4. Finalidades da Audiência de Custódia.....	330
4.1. Controle de legalidade da prisão	330
4.2. Exame da necessidade de medida cautelar	335
5. Rito da Audiência	336

CAPÍTULO XI	345
1. A Reforma	345
2. A Valorização Principiológica	350
2.1. Princípio acusatório.....	351
2.1.1. Divisão funcional de competências (juiz de garantias e juiz de instrução e julgamento).....	353
2.1.2. Vedação a iniciativas acusatórias (princípio da inércia da jurisdição)	357
2.1.3. Reforço na possibilidade de contraditório.....	359
3. Ênfase na Motivação das Decisões Cautelares	361
3.1. Vícios de fundamentação	362
3.1.1. Decisão que se limita à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida.....	363
3.1.2. Decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso	364
3.1.3. Decisão que invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.....	365
3.1.4. Decisão que não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador	366
3.1.5. Decisão que se limita a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos	368
3.1.6. Decisão que deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento ...	370
3.2. Perigo da liberdade e contemporaneidade.....	374
4. Periódica Reavaliação da Medida Cautelar	378
5. A Falta de Identidade da Nova Lei	382
5.1. Liberdade vedada	382

5.2. Execução imediata da pena no Tribunal do Júri	384
6. Outras Alterações nas Medidas Cautelares Pessoais.....	386
6.1. Audiências de custódia	387
6.2. Controle da duração do inquérito policial.....	389
6.3. Respeito à imagem e à dignidade do preso	390
POSFÁCIO.....	391
I. O sistema punitivo no Brasil.....	392
II. Do autoritarismo à construção de um processo penal garantista e eficiente.....	394
III. O autor, o livro e suas circunstâncias	396
IV. Conclusão	398
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	399